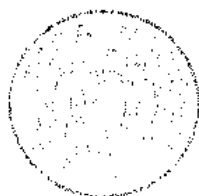


João Ameal, o historiador do Regime

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal

Coimbra, 1993

Antonieta Maria da Silva Pinto



João Ameal, o historiador do Regime

	Pág.
Prefácio.....	4
Divagações introdutórias.....	7
Capítulo I: <u>João Ameal, uma vida ao serviço da tradição e do Regime de Salazar</u>.....	21
1- Do nascimento à morte (da Monarquia à Democracia).....	22
2- O deputado da Assembleia Nacional.....	27
3- A obra: <i>Literatura, Crítica, Doutrina e História</i>	35
Capítulo II: <u>João Ameal, ideólogo de uma época</u>.....	38
1- Contra a Revolução.....	39
1.1. Revolução - causa e consequência.....	39
1.2. Os mitos e os profetas da Revolução.....	44
1.3. Os frutos da Revolução.....	48
1.3.1. Capitalismo.....	49
1.3.2. Comunismo.....	51
1.3.3. Barbarismo.....	52
2- A Contra-Revolução.....	53
2.1. Os pressupostos	55
2.2. As experiências.....	58
2.2.1. Bolchevismo.....	59
2.2.2. Hitlerianismo.....	60
2.2.3. Fascismo.....	62
2.2.4. Salazarismo.....	63
2.3. Os precursores e mentores.....	65

3- A Idade Nova.....	71
3.1. Idade do Regresso.....	71
3.1.1. Regresso ao Tomismo.....	73
3.1.2. Regresso ao Espiritualismo Católico.....	77
3.1.3. Regresso à Unidade.....	79
3.1.4. Regresso à Ordem.....	80
3.1.5. Regresso à Tradição e ao Nacionalismo.....	83
3.1.6. Regresso à Pessoa.....	86
3.2. A Europa, berço da Idade Nova.....	88
Capítulo III: <u>João Ameal, historiador ou "criador de História"?</u>.....	92
1- A História e a sua função pedagógica.....	93
2- A historiografia portuguesa, aos olhos de Ameal.....	102
3- A História feita por Ameal.....	106
3.1. Uma História de Portugal.....	107
3.2. Os Homens e os tempos.....	113
3.2.1. Os ditosos e os <i>momentos áureos</i>	113
3.2.2. Os malditos e os <i>grandes colapsos</i>	118
Conclusão.....	122
Bibliografia.....	126

O trabalho que aqui se inicia tem por base a figura, a obra e as ideias de um homem que no período salazarista ocupou um lugar muito próprio, no campo das Letras e da Cultura Portuguesa. Trata-se de João Francisco de Sande Barbosa de Azevedo e Bourbon Aires de Campos, Segundo Visconde de Ameal, conhecido pelo nome literário de João Ameal. Nascido em Coimbra, em 1902 e descendendo de uma família conceituada dessa cidade viu a sua vida terminar em 1982. João Ameal começou desde cedo a escrever¹, sendo as suas obras muitas e variadas. Os temas são diversos e vão do Romance e Conto à História e à Crítica Literária passando pela Hagiografia e Doutrinação. Interessar-nos-á conhecer a obra deste homem, os seus valores, a forma como os transmite, as ideias que subjazem ao seu pensamento, o seu sentido da vida e da História.

Exposto desta forma, o objectivo parece vago e demasiado ambicioso. Certamente o será!

Como só conhecendo a época se poderá tentar conhecer alguém, importará, em primeiro lugar, vislumbrar, nas suas linhas essenciais, o período em que João Ameal viveu e se tornou conhecido - uma época marcada por acontecimentos decisivos no séc. XX português, um período ideologicamente rico. Quais as correntes que influenciaram João Ameal? Quais as vertentes ideológicas que ele, possivelmente, impulsionou? Sendo um homem que parece ter feito a sua vida em paralelo com a vida e a obra de Salazar, até que ponto as correntes que conduzem ou são aproveitadas pelo Salazarismo, influenciaram Ameal? Não interessará, evidentemente, rotular o autor mas tentar compreendê-lo, conhecê-lo um pouco melhor, integrar o autor na época em que viveu. O estudo metuculoso do período de vida de Ameal está, desta forma, fora de questão; ele será apenas o pano de fundo onde a/as figura/s e as ideias se movimentam, se afirmam, se justificam, de certa forma.

Embrenhemo-nos, então, um pouco na época que gerou, viu nascer e afirmar-se a figura de João Ameal.

O final do séc. XIX é marcado por uma significativa fermentação ideológica e política que se poderá consubstanciar, por exemplo, no aparecimento de uma Geração de 70, de um Partido Operário Socialista (1875) ou de um Partido Republicano Português que, aproveitando uma conjuntura nacional bem favorável, é capaz de inspirar um 31 de Janeiro de 1891 e consolidar, apesar do fracasso momentâneo, a sua estrutura e penetração no país vindo a transformar-se num elemento político que a Monarquia vigente não conseguiu manipular a seu favor. O borbulhar republicano que se verificava e a agitação parlamentar de que a época em que Ameal nasceu é testemunha poderá ter conduzido à tentativa violenta de refrear a situação pela dissolução régia do Parlamento e pelo governo de João Franco. A conjuntura, não poderia, no entanto, aceitar já a violência sem que a usasse também e por isso o regicídio não terá passado de um pequeno anel de uma

¹ *O que os meus olhos viram* (crónicas), 1919 e *Em voz alta e em voz baixa* (diálogos), 1920, parecem ser as primeiras obras do autor. Toda a década de 20 assiste à afirmação de João Ameal através de títulos representativos como por exemplo: *As directrizes da nova geração*, 1925; *A Contra-Revolução*, 1928; "Legitimismo, Tradicionalismo, Constitucionalismo" (Prefácio à segunda edição do livro de D. Miguel Sotto-Mayor, *A realeza de D. Miguel*), 1929.

corrente já longa. As posições extremam-se, porém, a partir daí; os dois lados opostos sabem que a confrontação é eminente. A revolta que em Outubro de 1910 eclodiu era, por isso, esperada (desejada ou temida, conforme os casos) por grande parte do país e conseguiu triunfar pela intervenção de várias fatias da sociedade portuguesa. David Ferreira, por exemplo, dá-nos a sua ideia desse momento histórico: "A revolução portuguesa de Outubro de 1910 não foi um pronunciamento de generais, nem um golpe de Estado, nem uma simples revolta de caserna. Não foi tão-pouco um movimento militar tornado irresistível pela vastidão das forças armadas que nele intervieram. Pela larga participação do povo e pelas patentes dos elementos militares que a dirigiram e sustentaram, a revolução de 4 e 5 de Outubro foi, no momento da sua eclosão, um movimento nitidamente popular: sem o decidido concurso do povo, a Marinha e a parte revoltada do Exército ter-se-iam visto também na dura contingência de capitular poucas horas depois de iniciada a audaciosa tentativa."²

Independentemente das forças que podem ter feito eclodir o 5 de Outubro, uma coisa é certa, o país tinha aparentemente encerrado, com a vitória dos revoltosos de Outubro, um período da sua História. D. Manuel II abandona o país e um governo presidido por Teófilo Braga comanda o primeiro barco da República surgindo, pouco depois, a Constituição de 1911 que, tendo por base uma ampla discussão, vai dar a legitimidade necessária para a manutenção do Novo Regime.

O virar da página histórica não foi, porém, fácil de aguentar; ele fez surgir problemas vários, dentro e fora da Nova Ordem. Por um lado, a coesão encontrada pelos republicanos, quando o objectivo supremo era destruir a Monarquia, vê-se agora dividida e envolta numa guerrilha de partidos que parecem não se entender em relação a questões de ordem vária. O número elevado de governos que tentou, na Primeira República, resolver os problemas portugueses é por si só revelador de um período de afirmação de uma nova forma de encarar a política e de a assumir como realidade. Por outro lado, havia, desde o início uma contestação que tendo por base a restauração da Monarquia e/ou a crítica ao anti-clericalismo então reinante, vai provocar um mau estar que só pode contribuir e agravar o desentendimento partidário que já era nítido. Como afirma Raúl Rêgo, nesses primeiros tempos, a República, ainda insegura, está a ser posta "à prova"³.

A ideia que pode transparecer e à qual os opositores da República irão dar crédito e desenvolver é a de que o novo regime não conseguia resolver milagrosamente, pelo simples facto de estar a dominar os destinos do país, as carências e dificuldades internas. A instabilidade sendo pois, por várias razões, um dado adquirido, era também uma fonte de dividendos para os não republicanos. Diz-nos por exemplo Franco Nogueira, nome conhecido de um tempo e de uma ideologia, que nessa época "não estavam satisfeitos os monárquicos, por motivos

² David Ferreira, "Outubro de 1910, 5 de", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, Liv. Figueirinhas, vol. IV, p. 500.

³ No Cap. III, vol. III, da obra *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, pp. 125-168, Raúl Rêgo apresenta-nos o seguinte título que, referindo-se ao período conturbado do início do Regime Republicano português, tem o seguinte título expressivo: "Conspirações e Incursionistas. A República à prova."

óbvios; não estavam contentes os conservadores apolíticos, os liberais, os católicos; não se sentiam felizes os republicanos, porque viam frustradas ilusões e esperanças; e a massa popular parecia oscilar entre polos que, se não eram todos contraditórios, eram pelo menos divergentes."⁴ Foi esta a imagem que os opositores do Regime divulgaram nessa época e iriam espalhar a partir daí.

O sector monárquico que poderia ter sido o elo de ligação dos contestatários ou descontentes, não tem força para repor os seus princípios já que a desorganização em que vogava era grande. Dessa forma, a oposição à Primeira República acaba por ser assumida por personalidades com ideais diferentes e, por vezes por não monárquicos ou por elementos que não viam a questão do regime como prioritária. A partir desse núcleo sairá o apoio à Ditadura negadora de partidos e ao hibridismo Salazarista.

Será, em grande parte, nas organizações católicas, vistas como a voz de uma faixa do país que se sente depauperado com o Regime Republicano ou a sua prática, que ganhará força a contestação. Em Coimbra, o centro universitário por excelência e onde fervilha a força de uma juventude política e ideologicamente empenhada, começa a ganhar importância o C.A.D.C. (Centro Académico de Democracia Cristã), órgão mal visto pelas autoridades republicanas e que vê a sua actividade ser proibida durante um curto período de 1912. Os elementos desse centro vindos de quadrantes ideológicos diferentes uniam-se na defesa da liberdade religiosa e da liberdade de consciência. Por oposição ao inimigo comum, mais que por convicção o grupo apoiava, frequentemente as reivindicações dos monárquicos que, em muitos casos passaram a ser os seus mais recentes recrutas. Nesta luta se vão destacar muitos nomes que mais tarde assumirão um papel importante nos destinos do país. Entre eles, como seus elementos destacados e figuras que, por si só se vão impor, aparecem-nos os nomes do,então padre e depois Cardeal Patriarca, Manuel Gonçalves Cerejeira e de António de Oliveira Salazar que na altura era estudante no Curso de Direito, que seria catedrático em Coimbra, Ministro das Finanças durante algum tempo, Chefe de Governo e condutor dos destinos portugueses por várias décadas. Mesmo durante o período do seu encerramento, como afirma Manuel Braga da Cruz, "desdobrava-se o grupo em inúmeras actividades de agitação doutrinária no meio académico e cidadão, congressando o aplauso não só dos ambientes católicos mas dos conservadores em geral."⁵ Não sendo um movimento assumidamente político, gera em si um núcleo de princípios e elementos que caminharão depois por si. Mais tarde, a partir de 1917, o Centro Católico Português⁶, "ramo da União

⁴ Franco Nogueira, *Salazar - A Mocidade e os Princípios(1889-1928)*, vol. 1, Porto, Liv. Civilização Editora, 2ª ed., 1986, p.63.

⁵ Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 253.

⁶ O Centro Católico Português aparece, sob pressão episcopal, com vocação política e, numa primeira fase, muito marcado pela experiência sidonista; a partir do final de 1919 há uma maior autonomização do C.C.P. em relação às aspirações monárquicas e uma maior colaboração que no início com os governos republicanos. A fase final deste organismo coincide com a fase da ditadura e o período de institucionalização do Estado Novo. A partir daí é levada a abandonar as suas aspirações políticas transformando-se, em 1933, em Acção Católica Portuguesa, com objectivos diferentes e apolíticos, pelo menos segundo os estatutos. - Vide: Manuel Braga da

Católica, especialmente destinado à intervenção no terreno político e eleitoral"⁷, não irá dar o seu apoio à candidatura de alguns vultos do C.A.D.C.?

Por outro lado, pertencendo também à onda de contestação, começa de forma tímida na Bélgica a publicação, por parte de um pequeno número de descontentes portugueses que se tinham envolvido na revolta monárquica de Paiva Couceiro, a publicação, em 1913, da revista literária *Alma Portuguesa* que irá divulgar ideias que um pouco mais tarde o chamado **Integralismo Lusitano**, na linha do que, por exemplo, na França fez uma *Action Française*, propagará. Nomes como os de Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e Domingos de Gusmão Araújo apresentam-se, desde a *Alma Portuguesa* como figuras de proa. Sob a orientação e dinamização essencial de António Sardinha, como também de Alberto de Monsarás ou de Hipólito Raposo, aparece, de novo em Coimbra a publicação da revista *Nação Portuguesa* com a qual se costuma identificar o verdadeiro aparecimento do Integralismo Lusitano cujos princípios orientadores constituirão o ponto de chegada, como também as bases de uma geração que será, em parte, o suporte ideológico do Portugal tradicionalista nacionalista e conservador que Salazar, como elemento de comando, vai em parte aproveitar. O diário *A Monarquia*, que a partir de 1917 se irá publicar, será mais um dos órgãos desse movimento. Através dessa publicação se fará uma importante doutrinação que talvez tenha contribuído para o triunfo do golpe militar de Sidónio Pais⁸.

O Integralismo Lusitano defende, a criação de uma "mentalidade nova, católica, nacionalista, anti-liberal"⁹ e, desde o primeiro número da *Nação Portuguesa*, o regresso de Portugal a um regime monárquico que teria, desta vez e ao contrário da realidade imediatamente anterior a 1910, um carácter orgânico, tradicionalista e anti-parlamentar.¹⁰ Assim, utilizando as palavras de Carlos Ferrão, "o Integralismo Lusitano, ao entrar ruidosamente na cena política, propôs-se travar um duplo combate: contra a República, implantada quatro anos antes; e contra os partidários e conceitos da monarquia constitucional, abolida em 5 de Outubro de 1910."¹¹

O movimento integralista, que passou por várias fases, começa a fragmentar-se quando a sua Junta Central, em 1919, nega a obediência ao deposto rei D. Manuel II e começa a procurar a linha dinástica que vinha de D. Miguel I. A ideia de que se quer reabilitar a Monarquia Absolutista começam a divulgar-se e parte dos seus elementos, continuando a defender os mesmos princípios deixam de

Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 253.

⁷ Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações Sociais, 1980, pp. 263-265.

⁸ O apoio que os Integralistas deram ao período sidonista poderá testemunhar-se pela presença de alguns dos seus líderes no Parlamento da República Nova, apesar de serem contrários ao Parlamentarismo. Tratou-se de Xavier Cordeiro, António Sardinha e Alfredo Pimenta que no Parlamento de Sidónio Pais representaram os monárquicos anti-liberais.

⁹ "Integralismo Lusitano", in *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*

¹⁰ Vide - *Nação Portuguesa, Revista de filosofia política*, Ano I, nº 1, Coimbra, Ed. França e Arménio.

¹¹ Carlos Ferrão, *O Integralismo Lusitano e a República. Autópsia de um mito*, Lisboa, Inquérito, 1964, p. 9.

considerar-se pertencentes ao movimento do Integralismo Lusitano. São esses que abrem as portas ao grupo que ficou conhecido como a **Ação Realista Portuguesa** e que era constituído por "monárquicos anti-liberais que continuavam a reconhecer os direitos de D. Manuel II, a maior parte deles antigos integralistas que não acompanharam a cisão aberta pela Junta Central ou depois discordaram dela"¹². A morte de António Sardinha, em 1925, muito lamentada pelos do seu grupo e por todos os que ele conseguiu influenciar, é um duro golpe para o Integralismo Lusitano. A partir daí a sua actividade diminui e limita-se, na prática, à publicação da revista *Integralismo Lusitano. Estudos Portugueses* que inicia a sua publicação em 1932 sob a orientação de Hipólito Raposo e de Luis de Almeida Braga.

A conjuntura política portuguesa a partir de 1926 veio satisfazer algumas das aspirações dos integralistas¹³ sendo vários os que, desde o início, lhe deram a sua benção. Tenha-se em atenção, no entanto que, como afirma Braga da Cruz, apesar de se reconhecer na Ditadura um eminente carácter contra-revolucionário e uma "conjuntura fortemente favorável à concretização dos ideais políticos integralistas, nem por isso os homens da Nação Portuguesa deixaram de se demarcar dos obreiros da revolta militar."¹⁴ O que os integralistas tentaram, nessa altura, foi aproveitar o melhor possível o vazio ideológico da Ditadura para "reafirmar o seu projecto teórico, tentando deste logo pressionar para que a confusa e instável legitimidade revolucionária passasse a legitimidade institucional, histórica e tradicional, pela restauração monárquica."¹⁵ Próximos da Ditadura vão com ela cooperando e dando-lhe, assim, o seu voto de confiança. A entrada de Salazar para o poder e a integração progressiva de parte dos elementos integralistas no chamado Estado Novo¹⁶ vai fazer com que o movimento mais se dilua até que, em 1933 a "Junta Central do Integralismo

¹² "Integralismo Lusitano", in *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*

¹³ Não sendo monárquica, a Ditadura visava, porém, o fim da instabilidade parlamentar que caracterizava a República de então e só por isso tinha condições para ser apoiada. Por detrás do 28 de Maio poderiam ter estado homens do Integralismo Lusitano, como o afirma João Medina, *Salazar e os Fascistas...*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1978 p. 76 ou, por exemplo Francisco Hipólito Raposo, filho do integralista José Hipólito Raposo, em recente artigo publicado na *Revista K*, Maio 1993, p. 68, ao expressar a sua visão de Salazar, bem como ao evocar certos acontecimentos da vida de seu pai.

¹⁴ Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 60.

¹⁵ Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, pp. 60-61.

¹⁶ Muitos foram os nomes integralistas que aceitaram e se afirmaram durante o período do Estado Novo. A questão do regime republicano, embora persista durante todo o período salazarista, tornou-se, a partir de determinado momento e para a significativa mancha destes vultos, um pormenor de somenos importância já que o país governado por Salazar, também ele com formação que poderemos considerar integralista, obedecia à maioria dos requisitos pretendidos. Segundo João Medina, *Salazar e os Fascistas...*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1978, pp. 74-75 afirmamos que apenas a primeira geração de integralistas (José Hipólito Raposo, Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e Alberto de Monsarás) resistiram ao charme do Estado Novo. Os Integralistas de uma segunda geração, como por exemplo Manuel Múrias, Rodrigues Cavalheiro, Marcelo Caetano e Teotónio Pereira, como, certamente tantos outros vão apoiar o regime republicano de Salazar.

publicava uma nota que anunciava a dissolução deste agrupamento político."¹⁷

Os ideais que o Integralismo Lusitano visou, durante cerca de duas décadas da sua vida institucionalizada constituíram um manancial de referência para toda a época que interessa a este estudo e para as personagens que ele visa. João Ameal, por exemplo, é caracterizado por todas as que a ele se referem como um autor integralista, toda a sua obra e a sua vida nos vão confirmar esse mesmo dado. Quando lemos uma obra doutrinária de João Ameal conseguimos ver nela as opiniões de outros homens que parecem ter vogado nas mesmas águas. Tendo uma formação católica, tradicionalista e nacionalista, no "bom" sentido que ele se empenha em explicar, mantém-se monárquico durante toda a vida, aceitando e defendendo, no entanto, o governo Salazarista como a perfeição dentro daquilo que se pode considerar um mal menor. Não terá sido este um dos elementos que poderá ser considerado por João Medina como um "integralista da segunda geração", um dos que, ao contrário de alguns dos fundadores do movimento integralista, não teria deixado de ser absorvido pela dinâmica do Estado Novo?

Mas não foi apenas o Integralismo Lusitano que deu a tónica do período estudado. Toda a componente católica do Estado e da sociedade portuguesa que a Primeira República quis desprestigiar ou se quis pensar que desprestigiou, ganha força e transforma-se num sólido apoio do Estado e da sociedade da Segunda República Portuguesa. O Estado Novo tendo à sua frente Salazar na esfera política e Cerejeira na esfera religiosa, caminha dentro de normas que vão de acordo ao espírito da *Rerum Novarum*. A Igreja Católica respirando a visão religiosa-sociológica de Leão XIII, encontra no ex-seminarista, ex-membro do C.A.D.C., no candidato do Centro Católico Português António de Oliveira Salazar um protector, um homem de confiança; poderia o Centro Católico Português deixar de existir ou limitar-se a funções de assistência e apoio social porque o poder político estava em boas mãos. Como sintetiza Manuel Braga da Cruz, "a construção do Estado Novo foi, do ponto de vista ideológico, a resultante de várias correntes ideológicas que nele se amalgamaram. Saído de um golpe militar, cuja intervenção política era mais a *negação* de um regime do que a *afirmação* clara de uma alternativa de sistema, o Estado Novo acabou por combinar com uma original matriz democrata-cristã várias outras influências políticas e ideológicas, entre as quais tem, sem dúvida, um lugar de destaque o *integralismo lusitano*."¹⁸ Afinal, como continua a afirmar Braga da Cruz, o salazarismo que enformou o Estado Novo viria a "transformar-se numa democracia-cristã pervertida e invertida, porque 'integralizada' e 'fascizada'."¹⁹ A hibridez do sistema era, aliás, o que a muitos dos puros integralistas como aos cabecilhas do movimento dos Camisas Azuis irá repugnar no Estado Novo de Salazar.²⁰

¹⁷ "Integralismo Lusitano", in *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*

¹⁸ Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 13.

¹⁹ Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 74.

²⁰ José Pequito Rebelo, monárquico e integralista da primeira linha que só quando a questão colonial se põe a Portugal resolve apoiar a política salazarista, afirma, segundo palavras citadas por Manuel Braga da Cruz, que "o salazarismo viria a ser um integralismo pervertido e invertido

Este último movimento, o dos Camisas Azuis, poderá ter sido mais uma das variantes que o manancial ideológico do Integralismo Lusitano pode ter gerado, voluntária ou involuntariamente. Em 1932, sob a influência das correntes fascizantes e totalitárias da Europa, cresce em Portugal, sob a liderança de Francisco Rolão Preto e congregando muitas outras figuras do Integralismo Lusitano ou da Acção Realista Portuguesa, o **Movimento Nacional Sindicalista** também com tendências monárquicas e do qual João Ameal foi simpatizante, como à frente se irá referir. Pretendia o Nacional-Sindicalismo português obter "uma organização económico-social que realizasse, com justiça, a distribuição da riqueza, nas relações entre os elementos da produção, eles próprios. [...] A Nação, o Estado, o grupo social económico, tudo era criado para o Homem. O Homem associava-se para que as vantagens do esforço de todos se reflectissem no bem de cada um. O Homem insolidário, o Homem considerado apenas indivíduo era a negação das necessidades da ordem social moderna, mas o Homem não juntava o seu esforço aos outros homens para ser esmagado por eles."²¹ Actuando contrariamente ao Integralismo Lusitano, basicamente elitista e à quietude do Estado Novo salazarista, teve como base movimentações de massas. A militarização do movimento foi também um dado visível bem como a carismatização da chefia o que pode ter conduzido à sua rápida extinção (1934) sob os olhares receosos e previdentes de Salazar. Os homens que deram corpo e voz a este movimento tornaram-se, na sua maioria figuras, com lugares destacados dentro do Estado Novo: vindos de origens diversas, embora não muito distantes umas das outras, entroncam no caudal comum do Salazarismo. Estão neste caso Manuel Múrias, Luis Cabral de Moncada, José Cabral ou Eusébio Tamagnini, por exemplo. Já Rolão Preto, Alberto de Monsarás e outros que dessa corrente englobante se destacam serão mal vistos pelo Regime, por ele perseguidos²² acabando "por combater o salazarismo"²³ estando, alguns, "mais tarde no MUD, na candidatura de Quintão Meireles (1951) ou na de Humberto Delgado (1958)."²⁴

Quando, definitivamente abolida a Primeira República e ultrapassado o período da Ditadura, se institucionalizava em 1933 a nova forma do Portugal Contemporâneo, a Europa estava de novo em pé de guerra. Não apenas os interesses políticos e económicos constituíam um barril de pólvora; as ideias e as

porque democratizado (embora sob a espécie da democracia cristã) e maçonizado". - José Pequito Rebelo, in Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 10.

²¹ "Nacional-Sindicalismo", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

²² Rolão Preto, perante a insistência de Salazar em proibir a propaganda nacional-sindicalista decide apelar ao Chefe de Governo lembrando os princípios nacionalistas e contra-revolucionários do seu movimento. Como explica João Medina, "a resposta será pronta: Rolão Preto é preso e trazido sob prisão para Lisboa, incomunicável. Dias depois, já autorizado a receber visitas particulares no Governo Civil, envia a 10 de Julho de 1934 um protesto a Salazar. Quatro dias depois obtém resposta expressiva: pelas duas horas da madrugada é posto, juntamente com Monsarás, na fronteira espanhola." - João Medina, *Salazar e os Fascistas...*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1978 p. 45.

²³ João Medina, *Salazar e os Fascistas...*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1978 p. 11

²⁴ João Medina, *Salazar e os Fascistas...*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1978 p. 11

vivências divergiam de igual forma, aqui e ali. O totalitarismo reinava mas os pressupostos não eram sempre os mesmos: o modelo italiano diferia pontualmente do alemão e ambos se afastavam do figurino russo. A distância entre uma *Front Populaire* e uma *Action Française* é também significativa. Há, como afirma Franco Nogueira, na Europa uma "cultura de crise"²⁵. "Desaparece a unidade ideológica quanto à estrutura e conteúdo do Estado; contra o padrão comum de valores que emergira da guerra são propostos novos padrões sociais, morais, políticos, estéticos; e em face da ruptura com a situação existente, os europeus dilaceram-se entre os fogos dos totalitarismos. São-lhe sugeridos vários futuros, e todos se excluem."²⁶

Portugal, comandado por Salazar, tenta jogar de forma a não se prejudicar. Dá apoio ao franquismo, na Guerra Civil Espanhola porque, como afirma Fernando Rosas e José Ramos do Ó, aí o Chefe de Estado compreendeu que se "jogava também o destino do Estado Novo."²⁷ Consegue os acordos necessários para que se possa considerar um país neutral quando a Segunda Guerra Mundial é uma realidade com que se tem que viver. Intensifica-se, nessa altura, o papel do S.P.N. e Portugal, à margem do Continente que a pouco e pouco se vai desfazendo, comemora em 1940 o duplo centenário (da Fundação da Nacionalidade e da sua Restauração), assina uma Concordata com a Santa Sé e afirma os seus valores aos quatro ventos. Sofrendo problemas vários ao longo da década de 40 (dificuldades económicas, como consequência da Guerra; greves no país; reafirmação das forças de oposição ao Regime, por exemplo), o Governo Português consegue chegar triunfante a 1950 tendo até ganho alguma importância internacional (entrada, por exemplo, no Pacto do Atlântico Norte em 1949). A década de 50 continua a onda de prestígio diplomático²⁸ e assistiu a um desenvolvimento e transformação das características da economia portuguesa e, em parte da sua sociedade. "Tendo como quadro programático o I e II Planos de Fomento lançam-se os grandes projectos industriais de base: a hidroeléctrica, a celulose, os adubos azotados, a metalurgia do cobre, a trefilaria, etc."²⁹ O êxodo para as cidades começa a fazer-se sentir e, com ele o crescimento de novas classes médias urbanas com necessidades reivindicativas que nem sempre conseguem ser satisfeitas. O rigidez que o Regime mantém começa, no final da década a chocar-se, de forma nítida, com as aspirações de abertura interna (as eleições de 1958 são desse facto uma manifestação nítida) e com as pressões que do exterior se sentem, no que toca sobretudo à política ultramarina. Será, aliás, a posição assumida por Portugal com as "regiões ultramarinas" um dos sérios motivos de um conjunto de situações visíveis na década de 60 e que irão conduzir, em meados da década seguinte à queda da

²⁵ Franco Nogueira, *Salazar - Os tempos áureos (1928-1936)*, vol. 2, Coimbra, Atlântica Editora S.A.R.L., 1977, p.161.

²⁶ Franco Nogueira, *Salazar - Os tempos áureos (1928-1936)*, vol. 2, Coimbra, Atlântica Editora S.A.R.L., 1977, p.160.

²⁷ *Estado Novo - do 28 de Maio ao fim da autarcia - 1926-1959*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1986, p. 63.

²⁸ Visita de Eisenhower, de Franco, da rainha Isabel II de Inglaterra e presidente do Brasil.

²⁹ *Estado Novo - do 28 de Maio ao fim da autarcia - 1926-1959*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1986, p. 127.

Segunda República Portuguesa. O isolamento externo começa a ser um facto consumado³⁰ e, dentro do país o Governo tem necessidade de endurecer as posições e intensificar a propaganda ideológica, para evitar a queda que poderá começar a anunciar-se quando, por exemplo, a juventude se revolta contra o Regime. A fase terminal da Segunda República caracteriza-se pelo afastamento de Salazar da chefia do país e o "consulado de Marcelo Caetano"³¹, um homem que vindo do seio do Integralismo Lusitano e estando quase sempre presente nos cargos dirigentes do Estado Novo tentou várias críticas e transformações do mesmo. A abertura tentada nesse período, num quadro de manutenção das normas estruturais do Estado Novo, parecem não ter sido suficientes para evitar a sua derrocada. A questão ultramarina continuava a ser motivo de polémica e de discórdia; a revisão da Constituição, feita nesse período, não agradou aos sectores mais liberais; a oposição interna aumenta nessa época; agrava-se, ainda, a pressão externa. Como explica Braga da Cruz, "perdidos os apoios liberais, contestado pelos sectores mais conservadores, o Governo foi-se isolando na incapacidade de vencer a crise política, hipotecada à crise ultramarina. O aparecimento da contestação nas Forças Armadas apressaria a sua queda. A 25 de Abril de 1974 o regime sossobrava à contestação crescente a nível nacional e internacional e à desagregação dos apoios políticos e sociais tradicionais."³²

1974 e o período revolucionário que aí se inicia pretende, acima de tudo acabar com os mais flagrantes motivos de crítica dentro do Regime que tinha feito desaparecer. A Questão Ultramarina tenta ser, de imediato resolvida pelo que, num curto espaço de tempo a maior parte do "Ultramar" desaparece do poder político português sendo estabelecidas relações diplomáticas que proporcionarão o ressurgimento, mais tarde, de entendimentos económico-sociais entre Portugal e esses diversos espaços, agora transformados em novos países. O problema do cerceamento político e da censura são também pedras de toque do novo momento histórico que se quer diferente. A diferença exige também a destituição dos antigos donos do poder ou figuras marcantes; essas serão afastadas e ostracizadas enquanto os novos nomes fazem esquecer os que entraram em desgraça.

João Ameal foi apenas um dos vultos que foi destronado neste período que, como todos os que são ou pretendem ser de transformação, foi marcado pela diversidade, quando não pela confusão, ideológica e social. Era bem

³⁰ "Nas Nações Unidas multiplicam-se as pressões sobre o governo de Salazar para enveredar pela auto-determinação, primeiro através de convites de colaboração e de medidas de persuasão, mais tarde por meio de medidas frontalmente hostis e agressivas. Das comissões de estudo e das conversações dos primeiros anos da década de 60, passa-se gradualmente, a partir de meados da década, à aprovação de sanções contra o governo português, à preconização do corte de relações diplomáticas com Lisboa, à expulsão ou abandono forçado de vários organismos internacionais (Conferência Mundial de Turismo em 1963, da Instrução Pública em 1964, Conferência Técnica da Unesco em 1965, a própria Unesco em 1971), ao apoio directo aos movimentos de Libertação (Agosto de 1970), à sua admissão como observadores em Comissões (Setembro de 1972) e como membros em organismos, uma vez proclamada unilateralmente a independência (como foi o caso da admissão da Guiné-Bissau na FAO, em Novembro de 1973)." - Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 44.

³¹ Expressão utilizada por Braga da Cruz. Vide - Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 46.

³² Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 47.

compreensível já que, ao longo de toda a sua vida João Ameal não se alheou dos acontecimentos do seu tempo, nem sequer a eles assistiu como se estivesse a ter acesso a um qualquer espectáculo; ele participou de todo este ambiente tomando parte activa e integrante nele. Destacou-se na vida pública tendo sido, por exemplo, deputado em várias legislaturas. Como pensador-historiador-teórico assumiu o papel importante de dirigir, com Domingos Mascarenhas, a História feita pelo Estado Novo e a que se deu o nome de *Anais da Revolução Nacional*. Afirmou, publicamente, os seus idealismos e pragmatismos que, na maior parte das vezes iam de encontro aos valores do Regime vigente. Basta referir, por exemplo, o seu ataque aos sistemas socialistas ou democráticos, a sua aversão aos sistemas partidários, a sua defesa dos valores e heróis cristãos, o seu apelo ao Império e à sua conservação, para que vejamos em Ameal um paladino da época a que pertenceu. Manteve-se ligado ao sistema político-ideológico que tomou corpo em Portugal sob as orientações de Salazar, mesmo quando os ideais que defendia pareciam não conseguirem ter concretização no Estado Novo. É afirmação desta ideia o facto de Ameal, como outras figuras da época, apesar de não prescindir do ideal monárquico colaborar e se integrar perfeitamente na ambiência Salazarista e de a considerar a correcta para o Portugal do seu tempo.³³ a esta posição não terá sido alheia a ambiguidade de um regime comandado por um "monárquico de coração", como afirmavam alguns dos que cercavam Salazar.³⁴

A figura e a obra de João Ameal não passaram, também, despercebidas aos olhos dos seus contemporâneos. O Regime a que o autor deu um voto de confiança e uma voz prontamente defensora, ajudou-o também a afirmar-se, a consolidar a sua obra. Muitos o elogiaram, muitos o consideraram, por exemplo, um bom historiador³⁵, vários os cargos e as honrarias que recebeu.

³³ Apesar de monárquico, Ameal, não contestava o regime político português, o governo de Salazar, muito pelo contrário. Para ele a forma salazarista de governação era correcta, tal como a que em Espanha era desempenhada por Franco. Para comprovar esta ideia poderá apontar-se a seguinte passagem: " Só onde a idolatria do número foi repudiada ou ultrapassada - como entre nós portugueses ou na Espanha de Franco, se pode governar com método, com utilidade, com proveito para a Nação. No entanto fácil é compreender que ambos os regimes peninsulares estão situados perante um dilema evidente: ou ir até ao fim da sua evolução lógica, optar pelo regresso ao sistema monárquico e assim garantir a sequência da obra em curso e consolidar o futuro desenvolvimento da política nacional através de uma dinastia - ou correr os riscos fatais de uma luta de facções, na incerteza do dia seguinte, nas absurdas alternativas dos alcatruzes partidários; pior ainda, oferecer terreno propício ao assalto devastador das hordas do marxismo internacional." - Conde de Paris, *A monarquia de amanhã* (Com prefácio de João Ameal), Lisboa, 1948, p. XIX.

³⁴ Sobre o papel e aspirações dos monárquicos no Estado Novo salazarista é de grande importância o artigo de Braga da Cruz intitulado "Os monárquicos e o Estado Novo de Salazar" e inserido na obra *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 183-213.

³⁵ Apenas como ilustração do que aqui se afirmou, poderá citar-se uma passagem da Introdução da obra de João Ameal, *Santos Portugueses*, feita por D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora, em 1957, figura bem conhecida da época e que, como Ameal, apoiava a situação existente em Portugal. Afirmava o referido Arcebispo que "o historiador tem que ser sério na investigação, severo no juízo, imparcial na crítica, perspicaz na relação do presente com o passado e com o futuro, disciplinado na apresentação, sóbrio até à austeridade, na descrição. [...] Finalmente, o autor que escreve a biografia do santo deve ser homem de fé. [...] João Ameal estava apetrechado de há muito, para se abalançar a obra desta envergadura." - João Ameal,

Os valores e ideais de Ameal afirmaram-se, ao longo da sua vida e da sua obra de uma forma límpida e insistente.

Apresenta-se, como já foi referido, um vivo defensor do regime monárquico, sistema considerado ideal não só no tempo passado como na sua época. Monarquia que deveria ser autoritária apesar de paternalista, não tolhendo, assim, as liberdades possíveis ao indivíduo.³⁶ Por outro lado ataca violentamente a "Democracia individualista, inorgânica, demagógica, perdulária, inconsequente; e a Ditadura de um homem ou de um partido (quase sempre de um homem apoiado num partido [...])."³⁷ O Socialismo é visto como um mal a evitar a todo o custo, o sistema caótico por excelência.

Apela à restauração dos valores tradicionais e católicos contra valores liberais, maçónicos, democráticos. Glorifica santos e mártires, dá especial relevo, como bom integralista, à Idade Média e a figuras como Nuno Álvares Pereira que, para Ameal, além de defensor dos valores ditos nacionais ainda foi um santo.

Nota-se, nas obras mais variadas, uma defesa nítida da Nação, no seu sentido "integral" - realidade presente que tem como base os usos e costumes do passado. Assim, não serão apenas os heróis do passado que merecem ser valorizados mas também os do presente. São aqueles que vão, por exemplo, combater, como portugueses, na Primeira Guerra Mundial³⁸; é a terra portuguesa que é abençoada por Deus. Portugal, uma Nação que aceita os seus imperativos históricos, é visto como um motivo de orgulho, um modelo de actuação: a sua história espelha o seu trabalho ao serviço de Deus e a vontade de construir e manter um Império.

A filosofia que orienta o ideário de Ameal é a tomista. São numerosas as obras que escreveu sobre S. Tomás de Aquino. Considera-o como o "maior pensador de todos os tempos."³⁹ "Mestre dos tempos passados e presentes [...] grande e seguro Mestre dos tempos futuros."⁴⁰ É, segundo Ameal, S. Tomás o ideólogo de uma "Idade Nova" que se pretende construir. Uma Idade que ultrapasse a degradação que a Europa sofreu após o Renascimento e com a qual contagiou outros espaços do Mundo; uma Idade em que renasça a Fé, a Ordem, a Harmonia, a Pessoa, no sentido católico do termo, ou seja o homem completo porque encarado como ser material e espiritual.

Uma das partes fundamentais do trabalho que aqui se inicia não poderá deixar de ser o estudo das ideias e da ideologia do autor em questão. Só interessará, porém, investigar essa faceta se pensarmos utiliza-la como objecto de análise e possibilidade de compreensão de uma produção historiográfica que,

Santos Portugueses, Lisboa, 1957, pág. XVI-XVII.

³⁶ Nesta linha de pensamento se compreenderá a sua defesa incondicional de D. Miguel como legítimo sucessor de D. João VI.

³⁷ Conde de Paris, *A monarquia de amanhã* (Com prefácio de João Ameal), Lisboa, 1948, pág. XV.

³⁸ " Bendito seja o soldado português. Nos campos da Flandres, sagrado de heroísmo, ele foi levantar o mais alto monumento da Glória imortal da Raça. " - João Ameal, *O que os meus olhos viram ... Nos homens, nas mulheres, nas coisas*, Coimbra, 1919, pág. 1-6.

³⁹ João Ameal, *S. Tomás de Aquino. Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*, Porto, 1938, pág. XIV.

⁴⁰ João Ameal, *Ob.Cit.*, pág. XXIII.

independentemente do valor científico que lhe possamos hoje atribuir, se afirmou pela sua capacidade de divulgação e a sua perenidade.

Para além das obras diversas de História Local e Biográfica, foi Ameal o criador de uma *História da Europa* que teve várias reedições e ainda hoje é publicitada em vários locais. A sua *História de Portugal. Das Origens a 1940*, teve a sua primeira edição em 1940, com as comemorações do duplo centenário e ainda em 1974 aparecia uma sétima edição. Não deixa, este facto, de ser significativo da divulgação que as suas obras tiveram. Sintoma da sua integração numa época terá sido também a atribuição do Prémio Alexandre Herculano a esta *História de Portugal*.

A produção de obras de divulgação histórica ou, na nossa opinião, de "pedagogia histórica" que tanto interessou a Ameal, está patente no seu *Breve resumo da História de Portugal* que, pouco depois, foi traduzida para o francês por Jean Bayle aumentando o número de pessoas que a poderão ter lido.

Este homem que escreveu História o que pensava da História? O que pensava do historiador?

A sua visão da História e do historiador é bastante particular. Numa época em que na França se respiravam já os ventos da *Nouvelle Histoire*, aponta-nos uma forma *évènementielle*, parcial e pessoalista de pensar e fazer a História. Transmite-nos, no entanto, a visão da História como um valor insubstituível e credível.

"Pode o historiador ser imparcial, absolutamente imparcial? Duvido."⁴¹ - Isto nos afirma Ameal peremptoriamente.

E a História?

" *Ciência* na base, quanto à recolha e à selecção de materiais; *arte* na disposição desses materiais, no plano geral do edifício, na justeza, beleza e riqueza de estilo; ao alto, como finalidade superior, *ética*, subordinada aquelas leis primaciais que regem todos os actos humanos e todos os juízos acerca de tais actos - ética, ainda, no papel que tem de desempenhar, como orientadora, educadora, somatório de experiências, relicário de modelos e ensinamentos, tesouro da memória, exaltação teórica da vontade. Tudo isto a História é [...]."⁴²

É esta História que não é apenas *ciência*, que não é apenas *arte*, que não é apenas *ética* mas tudo isso junto, que se tentará apresentar e compreender neste trabalho. Uma História que o próprio Ameal considerou "vida", "humana", como tal alterável, transformável, revisível. Procura-se, talvez, uma História perfeita, tal como se tenta encontrar o homem ideal ou, pelo menos, os seus modelos.

A História é, para Ameal, feita de grandes figuras, de grandes acontecimentos, de épocas áureas que foram desvalorizadas e de momentos negros que foram ocultados por um esplendor fugidio. É preciso colocar no devido lugar as épocas e as personagens históricas. Talvez por isso, João Ameal tivesse colocado, na esteira de António Sardinha, o seu nome num título que aparece em 1939: *Erratas à História de Portugal. De D. João V a D. Miguel*.⁴³

⁴¹ João Ameal, *Porque escrevi a "História de Portugal"*, Porto, Liv. Tavares Martins, 1941, pág. 32.

⁴² João Ameal, *Ob. Cit.*, pág. 37-38.

⁴³ João Ameal foi autor desta obra em conjunto com Rodrigues Cavalheiro.

Importará ver, neste vasto conjunto de "histórias", quais as figuras que chamaram a atenção do autor, as que são valorizadas, as que são destruídas, os períodos áureos e os que se esqueceram ou quiseram esquecer.

O objectivo deste trabalho é, pois, tendo por pano de fundo o conhecimento da época e das ideias do autor, conhecer a sua História, os seus "deuses" e os seus "demónios". Mais que o Homem, mais que a Figura Pública, mais que o Ideólogo, interessa-nos o *Historiador* ou o *Pensador de História* que poderemos encontrar em Ameal. Só conseguiremos, no entanto, chegar ao Historiador depois de passarmos pelo Homem, pela Figura Pública, pelo Ideólogo - será esse o percurso a seguir.

1. Obras de João Ameal

1.1. Apresentação de obra

Campos, Fernando, *A ofensiva da "liberdade". Conferência.* (Apresentação de João Ameal), Lisboa, 1937

Chesterton, Gilbert Keith, *Ortodoxia* (com prefácio de João Ameal)

Oliveira, António Correia de, *Antologia. I - Lírica - II - Pátria* (com prefácio de João Ameal), Porto, 1959

Salgado, Plínio, *O Rei dos Reis* (com prefácio de João Ameal), Lisboa, 1945

Vidal, Frederico de Sá Perry, *O único filho de Fradique Mendes* (com prefácio de João Ameal), Lisboa, 1950

1.2. Doutrinação

Ameal, João, *A Contra-Revolução*, Coimbra, Livraria Atlântida, 1928

-*A Revolução da Ordem*, Lisboa, 1932

-*Panorama do nacionalismo português*, Lisboa, Ed. de José Fernandes Júnior, 1932

-*"O nacionalismo integral perante a ditadura"*, in *Nação Portuguesa*, Lisboa, 9(1), 1934

-*No limiar da Idade Nova (Ensaio Contemporâneo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934

-*Construção do Novo Estado*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1938

-*Alocução aos Legionários*, Lisboa, Ed. do "Boletim da Legião Portuguesa", 1941

-*Liberalismo* (Lição proferida na primeira semana social portuguesa, a 19 de Junho de 1940), Lisboa, 1941

-*Rumo da Juventude*, Lisboa, Editorial Acção, 1942

-*Europa e os seus fantasmas*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1945

- *Para ganhar a batalha da paz* (Conferência realizada na cidade de Viseu por iniciativa da Comissão de Propaganda da União Nacional em 14 de Abril de 1945), Lisboa, 1945

Conde de Paris, *A Monarquia de Amanhã* (com prefácio de João Ameal), Lisboa, 1948

Ameal, João e outros, *Vinte e dois - 22 anos de governo. Discursos do Dr. João Ameal, Dr. Tito Arante, Pronunciados na Assembleia Nacional e na Câmara Municipal de Lisboa em 27 de Abril de 1950*, Lisboa, União Nacional, 1950

Ameal, João, *A Verdade É Só Uma*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1960

- *Defendemos os valores espirituais no governo e na vida*, Separata da publicação "Pontos de Doutrina", Coimbra, Comunidade Distrital de Coimbra, 1967

- "O Ocidente e Portugal", Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Setembro 1969, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1969

- *Liga Popular Monárquica - Pensai Portugal*, Porto, Delegação da Zona Norte da Liga Popular Monárquica, 1972

1.3. Hagiografia/Religião

Ameal, João, *Santos Portugueses*, Lisboa, 1957

- *Santos Portugueses*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1957

- *Fátima. Altar do Mundo*

1.4. História da Europa

Ameal, João, *História da Europa*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1961-64

- *História da Europa*, Lisboa, Verbo, imp. 1982-1984

- *Ideia da Europa. Curso de professorado nos anos lectivos de 1965-66 e 1966-67*, Lisboa, Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 1968

1.5. História Local

Ameal, João, *Setúbal. Sete séculos de História. Conferência*, Lisboa, 1950

- *Perspectiva Histórica sobre a Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 1966

1.6. História de Portugal

Ameal, João, *Guerra Civil e Unidade Nacional*, in "Portugal Restaurado. Avenida 24 de Julho ou Avenida de Nunalvares", Lisboa, 1932

Ameal, João e Rodrigues Cavalheiro, *Erratas à História de Portugal. De D. João V a D. Miguel*, Porto, Liv. Tavares Martins, 1939

Ameal, João, *História de Portugal. Das origens até 1940*, 1ª ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1940.

- *História de Portugal. Das origens até 1940*, 2ª ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1942.

- *História de Portugal. Das origens até 1940*, 3ª ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1949.

- *História de Portugal. Das origens até 1940*, 4ª ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1958.

- *História de Portugal. Das origens até 1940*, 5ª ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1962.

- *História de Portugal. Das origens até 1940*, 6ª ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1968.

- *História de Portugal. Das origens até 1940*, 7ª ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1974.

- *Porque escrevi a "História de Portugal"*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1941

Ameal, João e Mascarenhas, Domingos, *Anais da Revolução Nacional*, 5 vols., Lisboa, 1948-56

Ameal, João, *Obreiros de Quatro Impérios*, Coleção Educativa, Série D, Nº5, Lisboa, Direcção Geral do Ensino Primário, 1958

- *Obreiros de Quatro Impérios*, 2ª Ed., Lisboa, Direcção Geral do Ensino Primário, 1965

- *Obreiros de Quatro Impérios*, 3ª Ed., Lisboa, Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral da Educação Permanente, 1973

- *Perspectivas da História*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1960

- *Breve resumo da História de Portugal*, Lisboa, s.e., s.d.

- *Bref résumé de l'Histoire du Portugal*, Traduction de Jean Bayle, Lisboa, s.d.

- "Acção dos Portugueses na Índia de 1500 a 1515", in *Colóquios sobre as Províncias do Oriente*, 1, p.25

1.7. Obras Diversas

Ameal, João, "Reflexões sobre o romance nacionalista em Portugal", in *Portugália*, 1, Lisboa, 1924-1926

- *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, S.P.N., 1934

- *Boletim da Legião Portuguesa* (Dir. da rev.)

- *A semana de Lisboa, Maio-Dezembro de 1940*, Lisboa, Tipografia da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1941

- *Panorame de la littérature portugaise contemporaine*, Paris, Éditions du Sagittaire, 1949

Ameal, Conde do, "Modelo de Historiadores", in *Colectânea de estudos em honra do Prof. Damião Peres*

Sotto Mayor, Miguel, *Seleccção...*, (Seleccção e prefácio de João Ameal), Lisboa, Edições Panorama, 1961

1.8. Personalidades

Ameal, João, *O Conde de Sabugosa, profeta do passado*, Lisboa e outras, Lumen, 1923

Sotto Mayor, Miguel, *A Realeza de D. Miguel, resposta a um livro do sr. Tomaz Ribeiro*, (com prefácio de João Ameal), 2ª Ed., Coimbra, Livraria

Atlântida, 1929

Ameal, João, "D. Miguel e a 'Vila Francada'", in *Congresso do Mundo Português - Comunicações apresentadas aos congressos de História Moderna e Contemporânea (VIº congresso)*, Volume 8º, 1940

- *Verdadeiro Perfil de El-Rei D. Miguel*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940

1941 - *João de Brito. Herói da Fé e do Império*, Lisboa, Ed. S.P.N.,

- *D. Leonor. Princesa Perfeitíssima*, Porto, 1943

Martins, 1968 - *D. Leonor. Princesa Perfeitíssima*, Porto, Livraria Tavares

Ameal, João, *Um Apóstolo na Tormenta, D. Frei Fortunato de S. Boaventura. Conferência*, Lisboa, 1945

Herchen, Artur, *D. Miguel Infante* (com prefácio de João Ameal), Lisboa, 1946

Ameal, João e outros, *Um grande português e um grande europeu: Salazar*, Lisboa, União Nacional, 1948

Ameal, João, *Homenagem da Assembleia Nacional a António Cândido e Hintze Ribeiro*, Lisboa, Assembleia Nacional, 1951

Ameal, João, *D. João V e a sua época. Conferência*, Lisboa, 1952

- *D. João VI e o Brasil*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1965

Ameal, João, "Mário Beirão, poeta místico. Comunicação...", Sep. do *Bol. da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1965

Ameal, João, *Conferência e estudos comemorativos do 2º centenário da sua morte. D. João V (1750-1950)*⁵⁷⁰

1.9. Romance/Crónica/Novela

Ameal, João, *O que os meus olhos viram*, Coimbra, 1919

⁵⁷⁰ Esta conferência é a mesma de "D. João V e a sua época. Conferência".

- *Em voz alta e em voz baixa. Diálogos*, Coimbra, 1920

- *Os olhos cinzentos* (novela), Coimbra, 1922

- *Balões venezianos* (Crónicas), Coimbra, 1923

Ameal, João e Guimarães, Luis de Oliveira, *As criminosas do Chiado*, Lisboa, 1925

Ameal, João, *Aparições* (contos), Coimbra, 1932

1.10. Tomismo

Ameal, João, *S. Tomás de Aquino. Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra. Carta prefácio de Jacques Maritain*, Porto, 1938

Ameal, João, *S. Tomás de Aquino, Mestre da Idade Nova. Conferência*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1938

Ameal, João, *A Revolução Tomista*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1952

Ameal, João, *S. Tomás de Aquino. Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*, 5ª Ed., Porto, Livraria Tavares Martins, 1960

2. Imprensa Periódica

Acção Realista, Revista quinzenal, Lisboa, 1924-26

Atlântico (Rev. Luso-Brasileira), Lisboa, 1942-1950

Brotéria, Rev. Contemporânea de Cultura, Lisboa, 1925 e segs.

Diário de Coimbra, Coimbra, 1982

Diário da Manhã - Jornal Monárquico, Lisboa, 1914

Diário de Notícias, Lisboa, 1982

Expresso, Lisboa, 1982

Imparcial, Semanário dos estudantes católicos de Coimbra, Coimbra, 1912-1919

Independência (Boletim da Sociedade Histórica da Independência de Portugal), Lisboa, 1940 e segs.

O Instituto, Coimbra, 1920 e segs.

O Integralismo Lusitano, estudos portugueses, Lisboa, 1932-34

O Jornal, Lisboa, 1982

A Monarquia, Diário Integralista da Tarde, Lisboa, 1920-21

Mundo Português, Lisboa, 1943-47

Nação Portuguesa, Lisboa, 1914-1937/38

Panorama, Lisboa, 1941 e segs.

Revista de História, Lisboa, 1920-1927/28

Seara Nova, Lisboa, 1921 e segs.

3. Outras fontes e obras de consulta

Academia Portuguesa de História, *Anais da Academia Portuguesa de História*, 1ª e 2ª Séries, 1940 - ..., Lisboa, A.P.H., 1940 -...

Anuário Académico. Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, ano 1-..., 1932-1977/78)

Anuário dos escritores, Porto, "Portucale", 1942

Anuário da Faculdade de Direito de Lisboa

Anuário, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, Fac. Letras

Anuário da Nobreza de Portugal, Braga, 1950.

Anuário R.T.P., Lisboa, Rádio Televisão Portuguesa, 1964 e segs.

A Questão Ibérica (Conferências feitas na Liga Naval, em 1915, pelos dirigentes integralistas e depois publicadas em 1916), Lisboa, 1916

Barreira, Cecília, *Nacionalismo e Modernismo: De Homem: Cristo - Filho a*

Almada Negreiros, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981

Bivar, Maria de Fátima, *Educação e Ideologia*, Lisboa, D. Quixote, 1971.

Boletim da Academia Portuguesa de História, Lisboa, Acad. Port. de História, 1937/38 - 1988

Boletim da Emissora Nacional, Lisboa, 1935-36.

Caldeira, Arlindo Manuel, "O documento na aula de História", in *O Estudo da História - Boletim nº 10-11 (IIª Série)*, 1989-90, Associação de Professores de História, Lisboa, A.P.H., 1990, p. 31-38

Carvalho, Rivara Martins de, *O pensamento Integralista perante o Estado Novo*, Lisboa, Ed. do Autor, 1971

Colotti, Enzo, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Ed. Caminho, 1992

Costa Brochado, *Para a História de um Regime*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Império, 1949

Cruz, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980

- "O movimento dos círculos católicos de operários: primeira expressão em Portugal do sindicalismo católico", in *Rev. Democracia e Liberdade*, nº 37/38, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade

- *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1ª Ed., Lisboa, D. Quixote, 1986

- "A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo", in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1985

- *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988

Daudet, Leon, *Vers le roi*, 2ª Ed., Paris, 1934

Diário da Câmara dos Senhores Deputados (1921-26)

Diário das Sessões (1926-1974)

Dimirier, Louis, *Vingt ans d' Action Française...*, Paris, 1926

Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura

Estado Novo - das origens ao fim da autarcia - 1926-1959, (2 vols.) Lisboa,

Fragmentos, 1986

Estado Novo - do 28 de Maio ao fim da autarcia - 1926-1959, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1986

Ferrão, Carlos, *O Integralismo Lusitano e a República. Autópsia de um mito*, Lisboa, Inquérito, 1964

Ferro, António, *Obras de António Ferro. I*, Lisboa, Verbo, 1987 (Artigo publicado inicialmente no "Século", 10/03/1922)

Franco Nogueira, *Salazar, A Mocidade e os Princípios*, 2ª ed., Porto, Liv. Civilização Editora, 1986

-*Salazar, Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Coimbra, Atlântida Editora, S.A.R.L., 1977

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira

Havard de la Montaine, Robert, *Histoire de L'Action Française*, Paris, 1950

Massis, Henri, *A Nova Rússia*, 2ª ed. portuguesa (Trad. port.de Domingos Mascarenhas), Porto, Liv. Tavares Martins, 1945

Matos, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional - A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

Maurras, Charles M. P., *Mi defensa...*, Madrid, 1946

- *Au signe de Flore ...*, Paris, 1933

Medina, João, *Salazar em França*, Lisboa, 1977

- *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história de um conflito, 1932/1935*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1978

Moncada, Luis Cabral de, *Memórias ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias) - 1888-1974*, Lisboa, Verbo, 1992

Mónica, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978.

Nolte, Ernest, *Les mouvements fascistes. L'Europe de 1919 à 1945*, Paris, Calman-Levy, 1969

O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982

Oliveira , César de, *Salazar e o seu tempo*, Lisboa, Ed. *O Jornal*, 1991

Portugal - Composição da Assembleia Nacional - XI Legislatura, Lisboa, Sec. Geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, 1974

Pujo, Maurice, *L'agression contre l'Esprit. Comme Rome est trompée ...*, Paris, 1929

Ramos do Ó, Jorge, *O lugar de Salazar - Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990

Rêgo, Raúl, *História da República*, 5 vols., Lisboa, Circulo de Leitores, 1986

Rosas, Fernando, "A crise do liberalismo e as origens do 'autoritarismo moderno' e do Estado Novo em Portugal", *Penélope*, nº 2, 1989

Salazar e o Salazarismo, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1989

Saraiva, J. S. Silva, *O pensamento político de Salazar*, Coimbra, Coimbra Editora, 1953

Torgal, Luis Reis, "História...Que História? (Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional)", Separata da *Rev. de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, Faculdade de Letras, 1987

- "Antero de Quental nas Leituras 'Integralistas'", Separata da *Rev. de História das Ideias*, vol. 13, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991

- *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

Vasconcelos, Amadeu de, *O nacionalismo rácico do Integralismo Lusitano...*, Lisboa, Ed. do autor, Aillaud e Bertrand, 1917

Weber, Eugen Joseph, *L'Action Française*, Paris, Stock, 1964

